

EDUCAÇÃO SUPERIOR PELO PRISMA DA OCDE E A REALIDADE DO BRASIL

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo traçar paralelo entre a Educação Superior brasileira e as teses defendidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é uma organização econômica intergovernamental com 37 países-membros, fundada em 1961 para estimular o progresso econômico e o comércio mundial. É um fórum de países que se descrevem comprometidos com a democracia e a economia de mercado, oferecendo uma plataforma para comparar experiências políticas, buscar respostas para problemas comuns, identificar boas práticas e coordenar as políticas domésticas e internacionais de seus membros. A OCDE é um observador oficial das Nações Unidas.

O relatório *Education at a Glance 2019* (EAG), da OCDE, enfoca prioritaria-

mente a Educação Superior e traz uma série de análises que permitem colocar a educação brasileira em perspectiva no cenário internacional.

O estudo é divulgado anualmente e, nesta edição de 2019, foram analisados dados de 46 países – 36 integrantes da OCDE e Argentina, Brasil, China, Colômbia, Costa Rica, Índia, Indonésia, Federação Russa, Arábia Saudita e África do Sul.

Os dados do Brasil são compilados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), conforme a demanda da OCDE. Nem sempre os dados divulgados no EAG são os mais atuais, pois a organização privilegia a comparabilidade internacional.

O relatório *Education at a Glance 2019* revela que o Brasil é um dos países com menos pessoas com Ensino Su-

Antônio Carbonari Netto

Mestre em Educação, Administração e Comunicação. Fundador, diretor e conselheiro do Instituto Êxito de Empreendedorismo

Francislene Hasmann

Pós-doutora em Engenharia Química e doutora em Biotecnologia. Diretora adjunta de Regulação e Qualidade do grupo Ser Educacional. Professora universitária e professora pesquisadora stricto sensu da Universidade do Amazonas

Iara de Xavier Braga

Doutora em Saúde Pública. Consultora e diretora-executiva da EDUX Consultoria. Sócia e conselheira do Instituto Êxito de Empreendedorismo. Assessora da Presidência da ABMES e diretora técnica da Abrafi

perior completo e com menores taxas de doutores. Segundo o documento, apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm Ensino Superior completo, enquanto a média dos países que fazem parte da OCDE é em torno de 44%.

Embora a porcentagem de jovens adultos (25-34 anos) com diploma superior tenha dobrado no prazo de uma década, o Brasil permanece com taxas de atendimento abaixo da média da OCDE e de outros países latino-americanos, apesar das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Segundo o EAG 2019, no ano de 2008, 11% dos brasileiros de 25-34 anos tinham diploma de nível superior. Em 2018, eram 21%. O dado brasileiro é comparável ao do México, mas está

abaixo de outros países latino-americanos, como Chile (25%) e Argentina (36%). Essa porcentagem corresponde à metade da média dos países da OCDE.

As taxas de conclusão da Educação Superior no Brasil são mais baixas do que a média da OCDE, o que remete a uma discussão sobre a eficiência do sistema e sobre a permanência dos estudantes.

Segundo o EAG 2019, somente 33% dos estudantes que entram numa graduação terminam no tempo esperado. A porcentagem é menor do que a média entre os países investigados no EAG 2019: 39%.

Quando se considera um período de três anos adicionais, 50% concluem o curso de graduação, ante uma média de 67% nos países do EAG 2019. Dos

“ A educação
precisa provocar,
contextualizar,
trazer significados
e fazer sentido ”

estudantes que não concluem nesse prazo, um terço abandona o sistema sem se formar.

Quando falamos de níveis mais altos de instrução, como mestrado e doutorado, os números são ainda mais desanimadores: apenas 0,8% das pessoas de 25 a 64 anos no Brasil concluíram o mestrado, e 0,2% chegaram ao doutorado — das 35 nações que disponibilizaram dados sobre o doutorado, o Brasil ficou entre as três piores.

Nesse contexto, pretendemos contribuir com o debate sobre a Educação Superior brasileira, que vive momento de crise por conta de muitos fatores. Dentre eles, destacamos a pandemia da Covid-19, que, no Brasil, teve início em 26 de fevereiro do corrente ano, a situação precária do financiamento estudantil e a permanência do modelo tradicional de educação, como hegemônico, nas instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas.

Para a OCDE, a Educação Superior no século XXI precisa assumir a cultura digital, a flexibilidade, as tecnologias



de informação e comunicação, o empreendedorismo, a criatividade, a responsabilidade e a socialização, com a garantia da educação de qualidade, igualitária e equânime. Corroborando vários educadores, assumimos que o conceito de qualidade é relacional.

Morosini (2009) define qualidade, no artigo intitulado *Qualidade na educação superior: tendências do século*, como

Constructo imbricado no contexto das sociedades e consequentemente nos paradigmas de interpretação da sociedade e do papel da educação superior na construção de um mundo melhor e, me atreveria a dizer, sustentável. Cumpre também pensarmos e implantarmos efetivamente a concepção de qualidade como equidade.

No nosso entender, essas características apresentadas pela OCDE são elementos constitutivos da Educação Superior inovadora e disruptiva, que se opõe ao modelo tradicional e conservador, que teve origem na primeira revolução industrial no século XVIII.



REALIDADE BRASILEIRA

Nesse contexto, cabe a seguinte pergunta: o que o Brasil está fazendo para adotar as recomendações da OCDE, que visam à formação cidadã, empreendedora, humanista e ética sintonizada com o século XXI?

Essa questão norteadora remete às características deste século, que é volátil, complexo e não linear, que passa para a história como o século da pandemia da Covid-19, que parou o mundo e, consequentemente, estabeleceu a necessidade de as IES se reinventarem e adotarem modalidades (remota e a distância) e métodos híbridos sem a devida preparação institucional, inclusive preparação dos professores. Para não paralisar a Educação Superior, as IES precisaram agir de forma imediata. Elas não tiveram tempo para planejar nem capacitar os profissionais e, muito menos, ouvir os estudantes.

Essa realidade poderia ter sido atenuada se a Educação Superior brasileira tivesse promovido a ruptura paradigmática e assumido o modelo de Educação Superior inovador antes da Covid-19.

Para Carbonari Netto, Xavier Braga e Damas (2020), no artigo intitulado *A educação empreendedora como referencial para o século XXI*, muitos jovens e adultos abandonam as IES por conta das críticas de que o ensino ofertado é desatualizado, muito teórico, com poucas possibilidades de vivências reais e baixa inserção no mercado de trabalho e na sociedade.

Para esses autores, as IES precisam abandonar o ensino que privilegia a memorização de conteúdos, a passividade e a repetição, tendo o professor como protagonista. É urgente a mudança para a aprendizagem criativa e inovadora, que valoriza a integração teoria-prática com a incorporação tecnológica e que considera o aluno como protagonista e o professor como mediador nos processos formativos. A educação precisa provocar, contextualizar, trazer significados e fazer sentido.

Embora vários estudos defendam, há algum tempo, a urgência na transformação do modelo de educação, inclusive do brasileiro, a realidade ainda está muito distante da preconizada por educadores e organismos internacionais, apesar de a Covid-19 ter acelerado o processo que vinha sendo debatido pela comunidade acadêmica e científica, mas não incorporado às políticas públicas de educação.

Com base no exposto, podemos afirmar que, apesar de algumas iniciativas, a Educação Superior brasileira ainda é pautada no modelo conservador, independentemente da modalidade (presencial, remota ou a distância) e do método pedagógico adotados pelas IES.

Além dessa realidade, a revolução digital está muito incipiente, devido a muitos fatores. Dentre eles, citamos que grande parte do território brasileiro não dispõe de internet com banda larga, o que dificulta, sobremaneira, o acesso às mais modernas tecnologias, vídeos de alta resolução e baixa comunicação e até a imagens.

Educação no Mundo

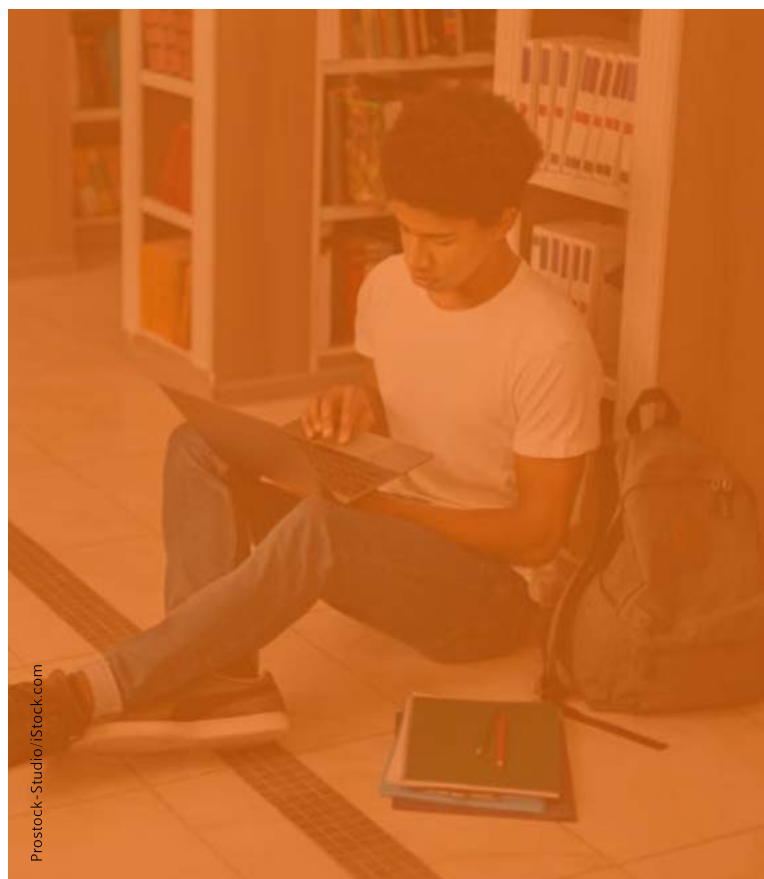
Outro ponto a ser observado é a flexibilidade curricular, que no Brasil encontra entraves devido a diferentes motivos, mas, em especial, ao desconhecimento e receios regulatórios por parte dos responsáveis pela elaboração dos currículos.

É fato que, atualmente, a legislação e a regulação do Ensino Superior no País permitem e estimulam a flexibilização. No entanto, os atores envolvidos desconhecem as possibilidades ou se veem compelidos por pressões corporativas contra as mudanças, ou, ainda, encontram dificuldades pautadas em questões econômicas e de custos.

Assim, ao contrário do que se observa, na maioria dos casos, é necessário repensar os currículos de forma que sejam mais atraentes ao estudante e ao futuro profissional, possibilitando formação generalista, humanista, pautada em competências disruptivas de várias naturezas, inclusive atitudinais.

Diante desse cenário, algumas vezes é mais oportuno para as instituições integralizar seus cursos com currículos rígidos pautados na lógica cartesiana do que desenvolver currículos por competências, que são mais efetivos, pois são flexíveis, desenvolvem conceitos, procedimentos, atitudes, pensamento crítico e criatividade, visando formar os estudantes empreendedores para a vida, para a cidadania, para aprender, desaprender e reaprender continuamente, com mediação das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). Defendemos que a tecnologia não deve ser o fim, ela deve ser o meio para tornar o processo educativo eficiente, eficaz e efetivo, sem perder o foco no que realmente importa: a aprendizagem.

Nesse sentido, acreditamos que caberá às IES, o mais rápido possível, implantar o modelo de Educação Superior que possibilite formar profissionais criativos e empreendedores, com competências



disruptivas para viver e atuar no Mundo VUCA, com suas características de volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade (*Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity*), na era pós-digital e na quarta revolução industrial, que tem como marca a inteligência artificial. Essa formação deverá lidar com as demandas do século XXI, que já existiam antes da pandemia do novo coronavírus, devendo ser atrelada às competências que, segundo Harari, são baseadas em 4Cs: pensamento Crítico, Criatividade, Colaboração e Comunicação.

São muitos os desafios para a geração atual de educadores e formuladores de políticas públicas. Para vencer esses desafios, é imprescindível adotar o olhar inovador para a Educação Superior brasileira, a partir de mudanças significativas de postura, de quebra de preconceitos e de estabelecimento de redes de cooperação que envolvam todos os segmentos e garantam o debate de forma democrática. ■

Confira na próxima edição da Linha Direta a continuação deste artigo.